

COLUNA DO CASTELLO

MARCELO PONTES

A semana de três dias do Congresso

A semana parlamentar de três dias, quando não de dois ou de apenas um, está entalada na garganta de quem se preocupa com os problemas do país. Virou deboche, pôster oficial da vadiagem, da preguiça dos políticos, da mamata, do desperdício do dinheiro público.

Do eleitor mais modesto à autoridade mais poderosa, não há quem poupe o Congresso de críticas por esse ritmo de trabalho. O eleitor modesto aplaude as caricaturas dos políticos feitas pelos programas humorísticos de televisão. De autoridade poderosa, tome-se o exemplo do ministro da Fazenda, Rubens Ricupero.

Quando estava na sombra e água fresca do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia, Ricupero não imaginava a selva que é o Congresso. De uns dias para cá, teve que abrir picadas no meio da desagregação partidária para vender o seu peixe — a idéia de que a revisão partidária não pode mergulhar no vazio, sob pena de deixar para o próximo governo, qualquer que seja ele, uma ameaça tão permanente quanto difusa, a da ingovernabilidade.

Mas Ricupero sempre encontra pelo caminho alguém a lhe dizer que não há mais tempo para fazer a revisão. Ele está longe de pensar assim, até porque precisa do apoio de todos os líderes partidários para a sua cruzada. Mas, concretamente, Ricupero bem poderia imaginar que a pequenissima semana parlamentar acaba sendo incompatível com as imensas atribuições que o Congresso se deu a partir da Constituinte de 87/88.

Diga-se, a bem da verdade histórica, que, em geral, são prerrogativas que o regime militar havia subtraído do Congresso, como o poder de influir no Orçamento da União, por exemplo. Da mesma maneira como o Congresso se deu de novo esses poderes, dotou o Executivo de um instrumento que sequer o regime militar lhe proporcionou, a medida provisória, às vezes com ares de permanente, pois pode ser reeditada ilimitadamente.

Se fosse verdade que a minúscula semana parlamentar é incompatível com as gigantescas atribuições do Congresso, só lhe restaria uma das seguintes hipóteses: para manter todas as atribuições que tem hoje, o Congresso deveria trabalhar todo dia; se trabalha apenas três dias, ou dois, ou um por semana, deveria abrir mão de algumas de suas tarefas.

Não se ignora que o ministro da Fazenda é quem primeiro sente o ritmo de votações no Congresso, pela simples razão

de que o Brasil não é igual à Bolívia. Certa vez, Ricupero encontrou Gonzalo Sánchez de Losada, então ministro da Fazenda e hoje presidente da Bolívia, numa reunião internacional, e ficou de queixo caído ao saber da fórmula para evitar conflitos com o Congresso, na hora de executar um plano de estabilização: lá, o presidente baixa um decreto de 250 artigos, e pronto. Aqui, tudo tem que ser negociado e aprovado pelos parlamentares.

Mas também não se pode desconhecer que não é o volume de atribuições do Congresso que determina a frequência no plenário. Na última Constituinte, havia sessões aos sábados, domingos e feriados, e estava em vigor a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que dava poderes muito restritos ao Congresso.

A questão não é tanto o tamanho das tarefas do Congresso, mas a renúncia de exercê-las. O Congresso se reúne de terça a quinta por culpa não da Constituição, mas da falta de comando político. Por mais que se esforcem, as Mesas da Câmara e do Senado não conseguem apagar a sensação de que estão mais comprometidas com a cúpula da burocracia das duas Casas do que com a recuperação do prestígio do Legislativo.

Não se mede a eficiência do Congresso por quilos de projetos aprovados, como sugerem os relatórios de fim de ano das Mesas, embora entre esses projetos haja alguns de notória importância. Mede-se pela qualidade do trabalho.

O fato concreto é que o Congresso não só se reúne no máximo de terça a quinta como tem muita dificuldade de discutir e aprovar o que é essencial para o país. Até não se tome a revisão constitucional como exemplo, pois se trata de uma batalha política e ideológica, em que há partidos a favor e outros contra.

Cadê o Orçamento, por exemplo? O Orçamento é, com certeza, uma das principais tarefas do Congresso. No entanto, os parlamentares deixam que o Executivo demore o tempo que quiser para mandar o Orçamento à votação.

Tem-se hoje, portanto, um Congresso que não vota o Orçamento e um Executivo que legisla como quer, através de medidas provisórias. Há MPs que foram reeditadas pelo menos dez vezes, sem que o Congresso as vote. Nesse ritmo, não há razão para se preocupar com as tenebrosas ameaças dos cenários de caos institucional. O Congresso não será fechado. Aos poucos, ele está se fechando, ao renunciar ao trabalho.